

Nota: Quem analisa as Eleições de 2026?

07 de outubro de 2025

O Grupo Globo lançou, nesta semana, uma publicação intitulada “QUEM SERÁ O PRÓXIMO PRESIDENTE? O QUE VAI DECIDIR A ELEIÇÃO DE 2026, SEGUNDO ESTRATEGISTAS QUE DEFINEM OS RUMOS DA POLÍTICA NO PAÍS”, organizada pelo jornalista Thiago Prado.

O e-book compila entrevistas, antes publicadas no jornal *O Globo*, de doze profissionais que lidam com opinião pública e marketing político.

A temática, sem dúvida, é extremamente relevante pois trata de um pleito de caráter nacional e em uma sociedade que experimenta um processo intenso de disputa política. Muitas são as incertezas e, certamente, as inquietações com os resultados vindouros de um processo eleitoral percebido como crucial para a definição da via a ser seguida pelo Brasil nos próximos anos.

Para 2026, os assentos serão estrategicamente disputados, entre eles, mais notavelmente, a Presidência da República. Mas há, em especial, um olhar atento para o Senado Federal, sobre o qual vem sendo travada uma batalha, por vezes silenciosa, por vezes ruidosa. Nas eleições para o Senado estão as expectativas quanto à formação de um corpo político que responda às futuras disputas de agendas relevantes para o país. Em um limite, como pano de fundo das próximas eleições, estão depositados (como há muito tempo não se via) os rumos do projeto democrático no Brasil.

Diante disso, não podemos deixar de nos surpreender que entre os 12 especialistas escolhidos para comentar sobre a política institucional brasileira, não haja uma mulher sequer e que o predomínio seja de pessoas brancas. Uma seleção que expressa uma leitura do processo eleitoral que não traduz a relevância do gênero e da raça como marcadores sociais relevantes para o fazer político.

Esta observação não é mera reivindicação por representatividade numérica. Trata-se de produzir uma leitura política mais complexa, diversificada e coerente com o atual cenário político, pois vejamos: por um lado, apesar do advento da lei de cotas para mulheres em 1995 e sua posterior expansão em 1997, nunca chegamos aos 30% de eleitas. De maneira geral, o Brasil apresenta, historicamente, um déficit de participação de mulheres, negros e indígenas na política institucional; e, em uma população na qual negros e negras compõem mais de 50% da população, são hoje apenas 24% dos deputados federais.

Contudo, por outro lado, pesquisas realizadas pela cientista política Juliana Marques apontam para um consistente crescimento de votos em pessoas negras, mulheres e mulheres negras, em especial, que, em 2020, receberam 32% a mais de votos que os verificados na eleição de 2016. Um aumento bastante significativo.

E, justamente por estas razões, os pontos de vista de mulheres e pessoas negras deveriam ser relevantes para explicar o atual cenário de disputa política.

Neste cenário, o papel da imprensa deve ser o de ouvir múltiplas fontes, com pontos de vista diferenciados, o que pressupõe trajetórias de vidas distintas – como as que têm mulheres, negros e indígenas, especialmente para este caso, quando se trata da leitura política para um país como o Brasil que vê crescer o peso do gênero e da raça nos processos eleitorais.

E não se trata de falta de profissionais qualificados para tal tarefa: a Rede de Politólogas Latino-Americanas têm buscado, por diferentes iniciativas, promover a visibilidade de mulheres na Ciência Política, listando especialistas de diferentes áreas como fontes para matérias. Da mesma forma, manuais de jornalismo com perspectiva de gênero recomendam aos profissionais da imprensa que sempre se perguntem se, caso tenham apenas fontes masculinas, não haveria uma mulher que poderia comentar o mesmo assunto.

No mesmo caminho, instituições como Mulheres Negras Decidem têm divulgado frequentemente o nome de mulheres negras especialistas, tanto para a ocupação de cargos na política institucional (como visto na campanha para a escolha de uma Ministra negra para o STF), como para a produção de análises políticas.

Não é possível compreender a realidade brasileira sem buscar como fonte aqueles e aquelas que representam a maioria da população. Certamente, como expressa o desejo do autor na introdução do livro, se houvesse mais variedade de especialistas, teríamos ainda mais “diagnósticos e prognósticos” diferentes e a publicação só ganharia em diversidade e qualidade.

Desta forma, lamentamos que um e-book com assunto tão relevante seja, no entanto, tão restrito em suas perspectivas; e que insista em reprisar o passado, quando poderia olhar para o futuro.

Associação Brasileira de Ciência Política

Com apoio do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade da Associação

Assinam: Andrea Lopes da Costa (UNIRIO) e Maíra Kubík Mano (UFBA)